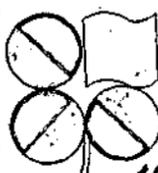


Reportagem Local



Sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) reúnem-se hoje pela terceira vez, em São Paulo, para discutir seu engajamento na campanha pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O encontro, para o qual foram convidadas cerca de duzentas entidades sindicais, será realizado na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo (rua das Carmelitas, 149), a partir das 20 horas.

Nas duas últimas reuniões, com a participação de pouco mais de trinta entidades, discutiu-se a provável formação de uma Frente Sindical pela Constituinte, proposta que voltará hoje ao debate. Os sindicalistas pretendem ainda aprovar a realização de manifestações pela Constituinte em 1º de maio, Dia do Trabalhador, em torno de uma proposta de atos unitários, reunindo as duas centrais sindicais. Vão também discutir a formação de comissões sobre política salarial, habitação, estrutura sindical, emprego, alimentação, com vistas a futuras propostas à Constituinte.

Em documento divulgado esta semana e que será lido na reunião de hoje, o Fórum de Debates de Questões Sindicais e Populares, uma das entidades que participam das discussões entre os sindicalistas sobre a campanha pela Constituinte, propõe a organização de uma "Coordenação Sindical pela Constituinte, ampla e

unitária, que integrada na luta geral dos diferentes segmentos da sociedade reflita o pensamento, as reivindicações e a real vontade dos trabalhadores". Diz o documento que "a Constituinte só terá legitimidade se for democrática e soberana" e que para isso é necessário que a sua convocação "seja precedida, o mais breve possível, da revogação da legislação arbitrária da ditadura".

"Não concordamos — acrescenta o documento — que o futuro Congresso, a ser eleito em 1986, seja investido de poderes constituintes. Defendemos a convocação e a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana, com a missão específica de debater e efetivar a Constituição que o povo exige, garantindo verdadeiras transformações em benefício das camadas menos favorecidas, os trabalhadores urbanos e rurais".

Plenário

Também hoje volta a se reunir o Plenário pró-Participação na Constituinte, dando continuidade aos encontros iniciados em janeiro entre representantes de várias entidades da sociedade civil. A reunião será, novamente, na sala dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a partir das 20 horas. Em seu primeiro boletim, divulgado esta semana, o Plenário informa que seu objetivo é "criar um espaço e uma ocasião de intercomunicação, troca de experiências, entrosamento, reforço mútuo e articulação de propostas e iniciativas visando a mobilização pela Constituinte e, de modo especial, a conquista da participação popular na elaboração da nova Constituição e nos processos decisórios que ela deverá prever".

Conselho Federal da OAB decide apoiar a convocação imediata

Da Sucursal do Rio

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reunido ontem extraordinariamente, decidiu apoiar as gestões de seu presidente, Mário Sérgio Duarte Garcia, de convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte. Depois de ouvir um relato detalhado do encontro, anteontem em Brasília, de Mário Sérgio com o presidente eleito Tancredo Neves, o Conselho decidiu designar uma comissão que apresentará sugestões de modificações legais que assegurem a eleição de uma Assembleia Constituinte ampla e democrática. Esta semana, a comissão apresentará uma proposta de emenda constitucional para a convocação da Constituinte.

Há algumas divergências no Conselho Federal em relação à Constituinte, mas que ainda não foram aprofundadas, embora todos os conselheiros, que representam os Estados e

Territórios brasileiros, sejam a favor da convocação imediata, alguns poucos defenderam ontem que também a instalação desta Constituinte deve ser imediata. Mas a opinião da maioria é a de que deve haver entre a convocação (que deve se dar logo após a posse de Tancredo) e a instalação da assembleia um período suficiente para que haja um amplo debate na sociedade em torno dos temas constitucionais.

Esta é a posição, por exemplo, de Mário Sérgio Duarte Garcia e do seu vice, Herman Baeta. Para eles, a Constituinte deveria ser convocada imediatamente, sua eleição poderia ocorrer em novembro de 86 e a instalação em março de 87. Entre a convocação e a eleição haveria tempo para o debate e para uma "limpeza" na legislação autoritária. Alguns conselheiros preferiram que estes prazos fossem menores.

Metalúrgicos de SP marcam ato para debater nova Carta

Reportagem Local

A exemplo de outros segmentos profissionais, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo também ingressará na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sob o nome de "Os trabalhadores e a Constituinte", a direção do sindicato está convocando os metalúrgicos para o ato de lançamento da campanha no âmbito da categoria, marcado para a próxima sexta-feira, às 19h, em sua sede, na rua do Carmo, 171, próximo à praça da Sé. Em boletim distribuído ontem, o sindicato afirma que "não basta apenas querer a Constituinte, precisamos discutir a sua elaboração e o que pretendemos garantir na nova Constituição".

Igreja

A Igreja vai mobilizar todas as suas bases para que a futura Constituinte represente um novo momento histórico, inteiramente diferente dos

outros em que as Constituições foram ditadas unicamente pelos poderes dominantes. Esta é a síntese da opinião dos bispos que integram a Comissão representativa do episcopado paulista no Regional Sul-1 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), reunidos em São Paulo para planejar os trabalhos pastorais deste ano.

Entidades estudantis

Aproximadamente vinte entidades estudantis, entre diretórios e centros acadêmicos da Capital, realizam em março o 1º Ciclo de Debates sobre a Constituinte. A programação prevê três debates com a participação de políticos, juristas, empresários, representantes da Igreja e do movimento sindical.

Não foram suprimidas vagas de concursados, afirma o documento

Da Sucursal de Brasília

O Senado nega que os assessores particulares dos 69 senadores que foram efetivados no cargo de Técnicos de Legislação e Orçamento, criado em dezembro, ocuparam vagas destinadas aos candidatos aprovados no concurso para assessor particular promovido no ano passado.

Esta afirmação consta dos documentos encaminhados ontem ao Supremo Tribunal Federal e vão instruir o mandado de segurança impetrado pelos concursados que, apesar de aprovados, não conseguiram notas necessárias para serem contratados. Estes candidatos alegam que a contratação no quadro efetivo do Senado dos assessores particulares os prejudicou, na medida em que, mesmo ocupando cargos nominalmente diferentes, desempenham as mesmas funções daquelas para as quais prestaram concurso.

ANC 88
Pasta 82/85
076/1985